

EXCELENTÍSSIMO MINISTRO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, partido político devidamente registrado perante o Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o n. 01.421.697/0001-37, com sede nacional na SCLN 304, Bloco A, Sobreloja 01, Entrada 63, Asa Norte, Brasília/DF, CEP n. 70.736-510, endereço eletrônico psb@psbnacional.org.br, vem, por intermédio de seus advogados devidamente constituídos (Doc. 1), respeitosamente, à douta presença de Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 102, § 1º, e 103, inciso VIII, da Constituição Federal, e na Lei n. 9.882/1999, ajuizar a presente

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
com pedido de medida cautelar**

com objetivo de que seja reconhecida a inconstitucionalidade da **Portaria Normativa n. 545 do Ministério da Educação**, publicada em 18 de junho de 2020 (Doc. 2).

I. SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental que tem por objeto a declaração de incompatibilidade com a Constituição Federal da Portaria Normativa n. 545 do Ministério da Educação, publicada no DOU de 18 de junho de 2020, que laconicamente prevê a revogação da Portaria Normativa MEC n. 13/2016, veja-se:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

Com efeito, a Portaria Normativa MEC n. 13/2016 (Doc. 3) representa significativo progresso em matéria de direitos fundamentais, estabelecendo a necessidade de adoção de **políticas afirmativas nos programas de pós-graduação** das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), conforme já previsto na Lei n. 12.711/2012 para os cursos de graduação. Assim dispunha a norma revogada:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, em observância ao disposto no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e CONSIDERANDO:

O estabelecido na Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial;

Que as Ações Afirmativas e reservas de vagas adotadas em cursos de graduação, sobretudo as definidas na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 2012, que explicitamente coloca em seu art. 5º, § 3º, que "as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade";

[...]

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para **apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação** (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas.

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino **deverão criar** comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas propostas.

Art. 3º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES **deverá coordenar a elaboração periódica do censo discente** da pós-graduação brasileira, com o intuito de fornecer os subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, bem como para a avaliação de tais ações junto aos programas de pós-graduação.

Art. 4º O Ministério da Educação - MEC **instituirá Grupo de Trabalho** para acompanhar e monitorar as ações propostas nesta Portaria

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Da leitura da norma — **sumariamente revogada** pela Portaria Normativa MEC n. 545/2020 — vê-se clara intenção de conferir amparo normativo à adoção de políticas afirmativas de acesso à pós-graduação pública a negros, indígenas e pessoas com deficiência, estabelecendo prazos e mecanismos imperativos para a efetivação de tais políticas.

Conforme será demonstrado no decorrer da ação, a simples revogação imotivada da Portaria n. 13/2016 representa **flagrante retrocesso na garantia de direitos fundamentais**, especialmente no que se refere ao princípio da igualdade material (art. 5º, *caput*, CF) e ao direito à educação (art. 6º, *caput*, 205 e 206, I, CF).

A seguir, apresenta-se a comprovação de legitimidade ativa do ora Requerente, bem como a demonstração de pleno cabimento da presente arguição.

II. DA LEGITIMIDADE ATIVA UNIVERSAL DE PARTIDO POLÍTICO

O art. 2º, I, da Lei n. 9.882/1999¹ combinado com o art. 2º, VIII, da Lei n. 9.868/1999² dispõem que os partidos políticos que possuem representação no Congresso Nacional podem propor arguição

¹ Art. 2º Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade;

² Art. 2º Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: [...] VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.

Segundo a orientação jurisprudencial deste e. Supremo Tribunal Federal, a legitimidade ativa de agremiação partidária com representação no Congresso Nacional “*não sofre as restrições decorrentes da exigência jurisprudencial relativa ao vínculo de pertinência temática nas ações diretas*” (ADI n. 1.407-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ 24.11.2000), razão pela qual os partidos políticos possuem a denominada legitimidade ativa universal para provocar o controle abstrato de constitucionalidade.

Dessa forma, nos termos da documentação anexa (Doc. 4), está solidamente demonstrada a legitimidade do Partido Socialista Brasileiro para o ajuizamento da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental.

III. CABIMENTO DA ADPF. ATO DO PODER PÚBLICO DOTADO DE PATENTE INCONSTITUCIONALIDADE. PREENCHIMENTO DO REQUISITO DE SUBSIDIARIEDADE.

Nos termos do art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.882/1999, a arguição de descumprimento de preceito fundamental “terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de **ato do Poder Público**”.

Na presente hipótese, tem-se **ato normativo** editado pelo Ministério da Educação, com contornos normativos **autônomos** e **abstratos**, cuja inconstitucionalidade busca-se ver reconhecida por este e. Supremo Tribunal Federal.

Destaque-se que a presente ADPF atende plenamente ao requisito **subsidiariedade**. Como bem conceitua o e. Min. Celso de Mello, tal exigência assenta que “*não será ela [ADPF] admitida, sempre que houver qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado*”³.

³ ADPF 237-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 30.10.2014.

Como se sabe, é pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido do não cabimento de ação direta de inconstitucionalidade para a impugnação de atos regulamentares de natureza formalmente secundária (ADI 4095-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe 06.11.2014), como é o caso de portarias.

Diante de tal cenário, a ADPF se mostra único meio apto a sanar de forma **eficaz** e **definitiva** a lesividade aos preceitos fundamentais elencados, frontalmente atacados pela norma ora impugnada.

Ademais, cabe ressaltar que a eventual judicialização da questão por cada uma das partes diretamente atingidas criaria quadro de enorme **insegurança jurídica**, ante a possibilidade de decisões conflitantes.

Corroborando o cabimento da presente ADPF, cabe destacar que esta Corte já admitiu arguições com contornos jurídicos semelhantes, como é o caso da **ADPF n. 341**, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, proposta contra dispositivos da Portaria Normativa MEC n. 21/2014⁴.

Diante do preenchimento de todos os requisitos legais e constitucionais, revela-se plenamente **cabível** a presente ADPF. Passa-se, então, à delimitação da norma impugnada para.

IV. POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR COMO DECORRÊNCIA DIRETA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL E DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA REITERADAMENTE RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

De início, apresenta-se breve contexto no qual estão inseridas as discussões sobre a adoção de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior, largamente implementadas pelas instituições de ensino do país, sobretudo após o reconhecimento de sua

⁴ DJe 10.08.2015.

constitucionalidade por esta Suprema Corte e a posterior edição da Lei n. 12.711/2012.

Conceitualmente, as ações afirmativas são políticas públicas com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento de pessoas pertencentes a grupos discriminados ou excluídos do ponto de vista socioeconômico ou étnico-racial, no passado e no presente de conformação da sociedade.

Segundo a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU, da qual o Brasil é signatário, as ações afirmativas são definidas da seguinte maneira:

Art. 2º, §2. Os Estados Membros tomarão, se as circunstâncias o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, **medidas especiais e concretas para assegurar, como convier, o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos, com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.**

Em significativo trabalho doutrinário, o Ministro Joaquim Barbosa⁵ destaca o papel das políticas afirmativas como forma de assegurar a igualdade de oportunidades entre os diferentes segmentos sociais e de corrigir distorções históricas, veja-se:

Além do ideal de concretização da igualdade de oportunidades, figuraria entre os objetivos almejados com as políticas afirmativas o de induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra [...].

As ações afirmativas têm como objetivo não apenas coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo, eliminar os 'efeitos persistentes' da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar.

Esses efeitos se revelam na chamada 'discriminação estrutural', espelhada nas abismais desigualdades sociais entre grupos dominantes e grupos dominados

⁵ GOMES, Joaquim Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto. Ações Afirmativas e o combate ao racismo nas Américas. Brasília: ONU, BID e MEC, 2007. pp. 55-56.

Nota-se que esta Suprema Corte foi instada a se manifestar sobre o tema na ADPF n. 186, na qual se examinou a constitucionalidade dos critérios de acesso estabelecidos pela Universidade de Brasília quanto à reserva de vagas com base em parâmetros étnico-raciais.

Naquela oportunidade, a Corte, muito acertadamente, reconheceu a **validade das ações afirmativas** implementadas pela UnB, cujo objetivo era concretizar o direito fundamental à igualdade material, considerando-se a profunda disparidade social decorrente de fatores étnico-raciais observada na sociedade brasileira. Para tanto, destacou-se que o critério puramente linear para auferir o mérito no ingresso à universidade pública consiste em medida contrária ao próprio Estado Democrático de Direito por consolidar ou, até mesmo, acirrar distorções existentes.

Assim, a política de “cotas” não só permite a participação equitativa de afrodescendentes na **distribuição de bens sociais**, notadamente o ensino público superior, como também exerce papel concreto na superação do racismo estrutural, sob uma lógica redistributiva e de reconhecimento que permite que esses indivíduos, a partir da sua identidade étnico-racial, contribuam ativamente para a transformação da epistemologia do conhecimento produzido nas universidades do país.

Nesse sentido, confira-se trecho do voto do e. Relator da ação, Ministro Ricardo Lewandowski:

Para possibilitar que a igualdade material entre as pessoas seja levada a efeito, o Estado pode lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, **seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares**

[...] Como é de conhecimento geral, o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada,

resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido. Os programas de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, **culturalmente arraigada, não raro, praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente.**

(ADPF 186, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 20.10.2014)

Noutro julgamento significativo sobre a matéria, esta Corte debruçou-se sobre a constitucionalidade da Lei n. 12.990/2014, que determinou a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais para os candidatos negros.

No julgamento da ADC n. 41, sob a relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, o Plenário entendeu que a desequiparação legal promovida por tais ações afirmativas é medida que objetiva combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira e assegurar a igualdade material entre os cidadãos (art. 3º, III, 5º, *caput* e XLII, da Constituição Federal).

Em seu voto, o e. Relator reconheceu que a reserva de vagas aos negros não só concretiza a igualdade material como também a igualdade na perspectiva do **reconhecimento**, conforme se depreende do seguinte trecho do voto condutor:

[...] No mundo contemporâneo, a igualdade se expressa particularmente **em três dimensões: a igualdade formal, que funciona como proteção contra a existência de privilégios e tratamentos discriminatórios; a igualdade material, que corresponde às demandas por redistribuição de poder, riqueza e bem-estar social; e a igualdade como reconhecimento, significando o respeito devido às minorias, sua identidade e suas diferenças, sejam raciais, religiosas, sexuais ou quaisquer outras.**

47. Diante desses múltiplos fatores, entendo que a reserva de vagas para negros em concursos públicos atua no sentido de promover a superação dos estereótipos, a valorização da diferença e o pluralismo, em linha com os objetivos constitucionais de alcançar a **igualdade material, não somente no campo da distribuição de bens sociais, mas também no campo do reconhecimento.**

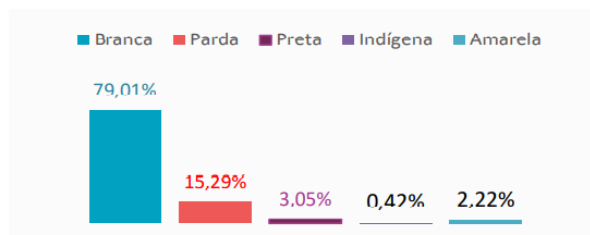
(ADC 41, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe 17.08.2017)

A despeito da Lei n. 12.711/2012 determinar a reserva de, no mínimo, 50% de suas vagas para negros, pardos e indígenas apenas para os cursos de graduação das instituições federais, verifica-se que ações afirmativas de acesso vêm sendo implementadas também nos programas de pós-graduação das Universidades Públicas, ainda que em menor escala.

Pesquisa de Anna Carolina Venturini sobre o tema⁶ demonstra que, até janeiro de 2018, existiam 610 programas de pós-graduação com ações afirmativas. Segundo o mesmo estudo, contudo, esse número representa **apenas 18% do total** de programas de pós-graduação das universidades. Até aquele momento, onze universidades brasileiras haviam instituído políticas de acesso na pós-graduação⁷.

Não obstante o avanço significativo da política de inclusão ao ensino superior, nota-se que a realidade **ainda é largamente discriminatória**. Nesse sentido, confira-se o gráfico abaixo, no qual se evidencia que cerca de 79,01% dos doutorandos registrados na Plataforma Lattes são brancos, em contraposição com **apenas 3,05% de negros**, veja:

Gráfico 1 - Proporção de doutores segundo cor/raça¹¹



Fonte: Elaboração a partir de banco de dados dos currículos Lattes disponibilizado pelo CNPq (Venturini, 2017a).

⁶ Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt24-20/11321-acoes-afirmativas-para-pos-graduacao-e-padroes-de-mudanca-institucional/file>

⁷ Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal do Sul da Pensilvânia (UFFS).

Outrossim, analisando apenas os dados da Universidade de Brasília nos anos de 2004 até 2018, vê-se que os ingressos no Mestrado e no Doutorado de **cor branca foram mais de 5.000, enquanto os pretos foram cerca de 3.800**. Nesse mesmo período, 2.989 brancos concluíram a especialização, em contraposição com apenas 226 negros⁸.

Diante de tal cenário, revela-se imperativo ao Poder Público a **ampliação do acesso** de tais cidadãos aos programas de pós graduação nas instituições públicas de ensino, sendo **inconcebível a imposição de barreiras à adoção de políticas afirmativas** nesse sentido, razão pela qual torna-se evidente a inconstitucionalidade da Portaria Normativa MEC n. 545/2020, ora impugnada, conforme se passa a demonstrar.

V. INCONSTITUCIONALIDADE DA PORTARIA NORMATIVA MEC N. 545/2020. VEDAÇÃO AO RETROCESSO EM MATÉRIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.

Observado o sólido arcabouço constitucional no qual se ampara a Portaria Normativa MEC n. 13/2016, tem-se evidente que a sua simples revogação configura **retrocesso inadmissível** quanto à garantia de igualdade material e possibilidade de acesso à educação superior gratuita e de qualidade a parcela significativa da população.

A norma revogada revelou-se atenta às alterações legislativas promovidas pelas Leis n. 12.711/2012 e 12.990/2014, que garantiam, respectivamente, o acesso de negros, indígenas e pessoas com deficiência aos cursos de graduação nas IFEs e aos cargos públicos oferecidos mediante concurso, em observância ao princípio da igualdade em sua vertente material, especialmente no que refere à igualdade de condições para acesso à educação, expressamente prevista no art. 206, I, da Constituição Federal:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

⁸<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>

I - **igualdade de condições para o acesso** e permanência na escola;

Buscou-se, ainda, dar plena efetividade ao direito fundamental à educação, garantindo a esses cidadãos o ingresso nos cursos de pós graduação oferecidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior, providências reiteradamente validadas por este Supremo Tribunal Federal, como visto acima.

Como bem destaca Ingo W. Sarlet⁹, a vedação ao retrocesso ganha contornos especiais quando se trata de direitos sociais, em que, embora a nova orientação normativa não retroaja no tempo, é capaz de prejudicar de forma significativa a **concretização ulterior** de direitos antes assegurados pelo Poder Público, veja-se:

Neste sentido, o reconhecimento de uma proibição de retrocesso situa-se na esfera daquilo que se pode chamar, abrangendo todas as situações referidas, de uma eficácia negativa das normas constitucionais. Assim, independentemente da exigibilidade dos direitos sociais na condição de direitos subjetivos a prestações sociais, no âmbito da assim designada eficácia negativa, o que está em causa é a possibilidade de, com base nas normas de direitos sociais, reconhecer **posições subjetivas de caráter defensivo (negativo), no sentido de proibições de intervenção ou mesmo proibições de eliminação de determinadas posições jurídicas.**

[...] No campo dos direitos sociais tal fenômeno talvez seja ainda mais perceptível, **especialmente quando se trata de alterações legislativas que afetam um determinado nível de concretização de tais direitos**, especialmente quando em causa hipóteses onde não incidem as demais garantias específicas que integram a noção de proibição de retrocesso em sentido mais amplo, como o caso da coisa julgada, da vedação de retroatividade etc., visto que existem situações onde, embora a medida restritiva não retroaja no tempo, acaba instaurando um evidente retrocesso em termos de proteção social.

⁹ SARLET, Ingo W. Notas sobre a assim designada proibição de retrocesso social no constitucionalismo latino-americano. Rev. TST, Brasília, vol. 75, n. 3, jul/set 2009.

Ainda nesse sentido, é de se ressaltar que este Supremo Tribunal Federal tem adotado de forma pacífica a tese de vedação ao retrocesso em matéria de direitos sociais, inclusive no que se refere ao direito fundamental à educação. Veja-se, por oportuno trecho de valoroso voto do Min. Celso de Mello sobre o tema:

[...] A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL COMO OBSTÁCULO CONSTITUCIONAL À FRUSTRAÇÃO E AO INADIMPLEMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE DIREITOS PRESTACIONAIS.

- O princípio da proibição do retrocesso impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social, que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive.

- A cláusula que veda o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado (**como o direito à educação**, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, v.g.) traduz, no processo de efetivação desses direitos fundamentais individuais ou coletivos, obstáculo a que os níveis de concretização de tais prerrogativas, **uma vez atingidos, venham a ser ulteriormente reduzidos ou suprimidos pelo Estado**. Doutrina. Em consequência desse princípio, o Estado, após haver reconhecido os direitos prestacionais, assume o dever não só de torná-los efetivos, mas, também, **se obriga, sob pena de transgressão ao texto constitucional, a preservá-los, abstendo-se de frustrar - mediante supressão total ou parcial - os direitos sociais já concretizados**. [...].

(ARE 639337 AgR, Rel. Min. Celso De Mello, Segunda Turma, DJe 15.09.2011)

Feitas essas considerações, nota-se que a Portaria Normativa MEC n. 13/2016, ao promover a adoção de políticas afirmativas no âmbito dos programas de pós graduação, traduzia significativo empenho do Poder Público em dar **efetividade** ao princípio da igualdade material e ao acesso à educação, de modo que a sua revogação configura **inaceitável retrocesso social**.

O quadro torna-se ainda mais grave considerando-se a **completa ausência de justificativas** para a revogação da norma, incidindo ainda na exigência de motivação dos atos da Administração Pública prevista no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

O que se tem, portanto, é **arbitrária revogação** de normativa expressiva na garantia de direitos fundamentais de cidadãos negros, indígenas e portadores de necessidades especiais, sem qualquer motivação declarada e chancelada por Ministro da Educação demissionário¹⁰.

Tal quadro de flagrante violação de direitos fundamentais revela a imperiosa intervenção deste e. Supremo Tribunal Federal, a fim de ver restabelecidos os direitos assegurados na Portaria MEC n. 13/2016.

VI. DA MEDIDA CAUTELAR

No presente caso, impõe-se o deferimento de medida cautelar para que seja imediatamente suspensa a Portaria Normativa n. 545/2020 do Ministério da Educação, uma vez que presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

A fumaça do bom direito está plenamente demonstrada nas razões expostas no decorrer da peça. A norma impugnada representa **inaceitável retrocesso social** na implementação de políticas afirmativas no acesso aos programas de pós graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, conquista civilizatória que garante efetividade ao princípio da igualdade material (art. 5º, *caput*, CF) e ao direito fundamental à educação (art. 6º, *caput*, 205 e 206, I, CF)

Causa espécie a postura do Ministério da Educação em revogar **sem qualquer justificativa** importante normativa sobre a inclusão de minorias sociais nos programas federais de pós graduação, sobretudo diante do **atual momento de questionamento mundial** sobre os direitos fundamentais da população preta, em especial os protestos que ecoaram nos Estados Unidos após a morte de mais um cidadão em ações policiais.

O perigo da demora, por sua vez, também é evidente. Ainda que, em observância à garantia constitucional de autonomia

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/abraham-weintraub-e-demitido-por-bolsonaro-apos-insultar-supremo.shtml>

universitária, a revogação da portaria não seja apta a desfazer de forma automática as políticas afirmativas já implementadas pelas IFEs, a nova orientação do Governo Federal **desobriga** que as Instituições que ainda não efetivaram critérios especiais de acesso à pós graduação deem continuidade a sua implementação.

O perigo de desmonte do já incipiente sistema de políticas afirmativas nas instituições públicas de ensino foi destacado pelo cientista político João Feres em matéria veiculada na data de hoje¹¹:

Em termos práticos, o que pode acontecer é que **alguns programas criados podem acabar, porque não há mais obrigatoriedade**. Essa revogação não indica que as universidades serão forçadas a abolir as suas políticas. As universidades têm autonomia para criar esses programas e mesmo dentro da universidade os departamentos podem desenvolver seus próprios processos inclusivos.

Por outro lado, diante da produção imediata de efeitos com a revogação da Portaria Normativa n. 13/2016, as Instituições Federais que se encontram às vésperas da publicação de editais para a pós-graduação podem ver-se dispensadas em dar cumprimento à sua política de cotas de acesso, demonstrando a **iminência de dano grave e irreparável** a todos os candidatos eventualmente atingidos pela medida.

Consideradas todas as circunstâncias e diante da flagrante inconstitucionalidade da norma impugnada, cumpre a esta Suprema Corte **sustar os efeitos** da MP n. 979/2020 até a decisão final de mérito na presente ação direta.

VII. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, em razão das graves violações a preceitos fundamentais da Constituição Federal perpetradas pelos dispositivos ora impugnados, requer-se seja conhecida a presente ADPF para que:

¹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/de-saida-weintraub-revoga-portaria-que-estipulava-cotas-na-pos-graduacao.shtml?origin=uol>

a) Liminarmente, presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, a concessão *initio litis* e com eficácia *erga omnes*, nos termos do art. 5º, *caput* e § 1º da Lei n. 9.882/1999, seja concedida **medida cautelar**, determinando a **imediata suspensão da eficácia** da Portaria Normativa n. 545 do Ministério da Educação, publicada no DOU de 18 de junho de 2020;

b) quando do julgamento definitivo do mérito da questão, seja confirmada a medida cautelar e declarada a **inconstitucionalidade da norma impugnada**, em respeito ao princípio da igualdade material, do direito fundamental à educação, bem como à vedação ao retrocesso em direitos fundamentais.

Requer-se que as intimações referentes ao feito sejam realizadas em nome do advogado **Rafael de Alencar Araripe Carneiro**, OAB/DF n. 25.120, sob pena de nulidade.

Atribui-se à causa, para meros efeitos contábeis, o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Nesses termos, pede deferimento.
Brasília, 18 de junho de 2020.

Rafael de Alencar Araripe Carneiro
OAB/DF 25.120

Felipe Santos Correa
OAB/DF 53.078

Túlio da Luz Parca
OAB/DF 64.487